

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero.**
Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Laura Valéria Pinto Ferreira

Várias são as dúvidas levantadas sobre a possibilidade em se escrever a história das mulheres. O estudo sobre o feminino tem suscitado vários embates, nos quais até mesmo o nome para designá-lo gera polêmicas: história feminista, história das mulheres ou história de gênero. Há controvérsias sobre a pertinência do assunto e acusações sobre ser uma história sexuada. A historiadora e professora da Universidade Federal de Ouro Preto, Andréa Lisly Gonçalves, em seu livro “História & Gênero”, pretende responder a algumas dessas questões e discorrer sobre a evolução da história das mulheres, seus temas, as abordagens e as fontes disponíveis. Andréa Gonçalves tem como área de interesse e de pesquisa os temas relativos à escravidão, às identidades étnicas e às revoltas sociais na região mineradora mineira. Ela explica que o elemento gênero surgiu, em seu trabalho, “aos poucos, como se tivesse *autonomia própria*”. Ao estudar as alforrias, principalmente em Minas Gerais, as fontes revelaram uma grande participação feminina em casos de alforrias, nos processos judiciais para a preservação de liberdade, nas

atividades econômicas e na dinâmica social. Através dessa constatação, Gonçalves afirma ter adquirido “a convicção da importância de se considerar a categoria gênero na compreensão dos processos históricos”.

Andréa Gonçalves busca analisar, em sua obra, o aspecto relacional entre as características masculinas e femininas. A autora ressalta, em diversas partes do livro, a idéia de que o papel feminino, assim como o masculino, é construído socialmente. Ela refuta a visão que naturaliza a essência feminina, e, para tal, Gonçalves utiliza-se de afirmações como as de Simone de Beauvoir, em “O Segundo Sexo”, segundo a qual: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. (...) Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como Outro”.

O primeiro capítulo, *Militância Feminina*, tem como tema principal a luta das mulheres pela participação no espaço público. O século XIX, na Inglaterra, foi marcado por uma moral vitoriana que primava pela valorização da família e da idéia de privacidade. A situação de crescimento econômico e demográfico desse período determinou, às mulheres, um retorno ao lar. Essa moralidade não se restringiu ao contexto inglês, muito pelo contrário, o ideal de família burguesa passou a ser o padrão familiar para todo o Ocidente, situação que também foi estendida ao modelo feminino. A mulher deveria restringir-se às tarefas domésticas, à maternidade e à

família. O comportamento esperado para as mulheres era o de verdadeiros “dragões da virtude”.

Manifestações de cunho feminista surgiram da indignação com essa situação de inferiorização das mulheres. Entretanto, Andréa Gonçalves ressalta a dificuldade em determinar o início do movimento feminista, pois este “se manifesta em lugares e mediante formas e iniciativas as mais variadas”. A “Convenção para o Direito das Mulheres”, em 1848, é considerado como a primeira tentativa organizada em mudar a condição feminina. Segundo Gonçalves, a militância feminista do século XIX teve como preocupação fundamental a inserção da mulher na vida pública e política, ou seja, uma luta por cidadania que se caracterizou pela luta pelo sufrágio universal.

A autora utiliza-se de diversos exemplos para demonstrar a luta por maior liberdade e participação política e social das mulheres. Ela destaca a presença de mulheres como: Elizabeth Cady, organizadora da “Convenção para o Direito das Mulheres” e presidente da “Associação Nacional pelo Sufrágio Feminino” nos Estados Unidos; Apolinária Suslova, escritora, jornalista e feminista russa; Nísia Floresta, educadora, escritora, feminista, abolicionista e republicana brasileira; Virgínia Woolf, escritora e feminista inglesa entre outras. Gonçalves demonstra que as mulheres utilizaram-se da literatura e do jornalismo para introduzirem-se no espaço público. Esse foi um dos setores onde se deram as primeiras

conquistas das mulheres na esfera pública, pois, assim como a pintura, sua confecção poderia ser realizada no âmbito doméstico.

No segundo capítulo intitulado *Anatomia e destino*, Gonçalves analisa o desenvolvimento da historiografia em relação ao estudo das mulheres. A ampliação de temas e objetos históricos efetivada nas últimas décadas permitiu a inserção das mulheres como atores históricos. A autora destaca alguns escritores, correntes literárias e escolas historiográficas e como estes enfocam a “questão feminina”. Ela enfatiza que a visão corrente era a de que a condição feminina é como um estorvo natural ao qual a mulher estaria condenada. Desde a Antiguidade há uma idéia de que homens e mulheres são opostos: a mulher estaria relacionada com a natureza e suas características oscilariam entre dois pólos: o materno e o selvagem, enquanto o homem seria mais adequado à civilização e à cultura.

Gonçalves recorre a vários autores em diferentes épocas históricas para demonstrar a visão a cerca da inferioridade feminina. Platão e Aristóteles afirmavam que a natureza estabeleceu uma desigualdade entre homens e mulheres e “justificavam a inferioridade feminina com a mesma desenvoltura com que se referiam à sujeição do escravo”. Para Spinoza, a principal característica feminina seria a irracionalidade. Segundo Freud: “anatomia é destino” e “a melhor analista... se sai melhor desempenhando a tarefa a

que foi destinada pela biologia – a de mãe”, tais afirmações garantiram ao psicanalista a fama de preconceituoso. Michelet afirmava que a condição feminina era um fardo, uma pesada fatalidade e que esta deveria se restringir ao espaço doméstico, pois apenas esse seria compatível à condição feminina. Caso contrário se revelaria o seu lado maléfico e diabólico. Michelet reproduzia “estereótipos imemoriais”, contudo ele acreditava ser possível escrever uma história das mulheres, não apenas com as mulheres proeminentes como também com as mulheres do povo.

Através de um breve panorama da historiografia, Andréa Gonçalves nos mostra a posição adotada por diferentes escolas historiográficas em relação às mulheres e ao estudo de gênero. Apesar de algumas tentativas esporádicas em desenvolver estudos sobre as mulheres ou inseri-las na história da humanidade, até as décadas de 1960 e 1970, a História tinha como objeto principal, o “Homem universal”: “*O homem, macho, branco sempre no comando*, como aparece em um verso da música *Estrangeiro* de Caetano Veloso”. O momento crucial para a história das mulheres sob o aspecto acadêmico relaciona-se ao movimento feminista da segunda metade do século XX. Gonçalves adverte para a simplificação que alguns autores fazem quanto a evolução da História feminina. Segundo eles, haveria uma cronologia muito precisa: primeiramente o movimento feminista teria provocado o aparecimento de uma

história feminista e de cunho político; num segundo momento, a crise do movimento feminista teria ocasionado a sua despolitização surgindo, então, a história das mulheres; e atualmente haveria uma despolitização total e o nascimento da denominação de história do gênero, que buscaria o aspecto relacional entre os sexos. Para Gonçalves, o processo de desenvolvimento da História das mulheres efetivou-se através de “marchas e contramarchas” e não de momentos estanques como é normalmente descrito.

A categoria Gênero adquiriu vigor a partir da década de 1980 e pretende demonstrar os diferentes papéis sociais dos sexos e através de uma análise relacional perceber o significado histórico e social desempenhado por mulheres e homens. Segundo a autora, essa categoria histórica tem gerado várias polêmicas e apesar de muitos trabalhos se intitularem de estudos de gênero, estes são, sobretudo, estudos sobre mulheres. O gênero seria uma mudança conceitual de grande valia, contudo a maioria dos trabalhos não tem privilegiado o caráter relacional que deve estar implícito na utilização desse conceito histórico. Empregado para estudar a história das mulheres e não as relações entre homens e mulheres essa categoria perde o seu caráter inovador.

O terceiro e último capítulo, *História das mulheres: fontes, temas e abordagem*, faz um levantamento dos trabalhos já realizados com a temática feminina e aponta as

possibilidades de fontes e abordagens. Segundo Gonçalves, tanto as fontes oficiais – documentos cartoriais, processos criminais, censos, entre outros - quanto as fontes consideradas não convencionais - cartas, diários, relatos orais e muitos outros - constituem-se em excelentes fontes para o estudos das mulheres e das relações de gênero. As biografias merecem especial análise, pois tanto podem ser utilizadas como fontes, assim como, suscitam produções historiográficas. O cotidiano urbano e rural, a educação, a escrita, a cultura, a leitura, o poder e o contra poder, a família, o espaço público e privado, a moralidade, a prostituição e o crime se constituem em exemplos de temas que têm sido adotados quanto à questão feminina.

501

Certamente, “História & Gênero” permitirá que os leitores leigos se iniciem no assunto, assim como os pesquisadores se beneficiarão com sua análise historiográfica e bibliográfica. A autora tece um panorama da história das mulheres, as possibilidades de temas, as fontes utilizáveis e as diferentes abordagens empreendidas na historiografia brasileira e internacional. Texto agradável e que abre várias perspectivas para novos trabalhos no campo da história das mulheres e da história do gênero. Dessa maneira, a autora mostra, de forma cabal, as possibilidades e a pertinência em se escrever uma história das mulheres.